



## **ECONOMIA POLÍTICA DO SAQUE E CONFLITOS FRENTE AOS TERRITÓRIOS DE VIDA EM SUAPE - PERNAMBUCO**

Beatriz Barbosa da Silva <sup>1</sup>

### **RESUMO**

O território que hoje é Suape (PÉREZ, 2016), possui 27 comunidades e 3 ilhas estuarinas de usufruto de camponeses, pescadores e quilombolas; são antigos engenhos construídos na região, que encontram-se imersos em conflitos acarretados pela instalação do Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS) em seus territórios. Este trabalho tem como objetivo discutir sobre o discurso desenvolvimentista, que tem como pano de fundo a exploração e o saqueamento dos corpos e dos territórios. Para isso, a partir de uma experiência em campo junto com três comunidades de Suape, iremos evidenciar os conflitos e injustiças ambientais presentes nos territórios camponeses e apresentar ferramentas de luta e resistência desde o coletivo.

**Palavras-chave:** Território, Conflito, Suape.

### **RESUMEN**

El territorio que ahora es Suape (PÉREZ, 2016), cuenta con 27 comunidades y 3 islas estuarinas que son utilizadas por agricultores, pescadores y quilombolas; se trata de antiguos molinos construidos en la región, que están inmersos en los conflictos provocados por la instalación del Complejo Industrial y Portuario de Suape (CIPS) en sus territorios. Este trabajo tiene como objetivo discutir el discurso desarrollista, que tiene como trasfondo la explotación y el saqueo de cuerpos y territorios. Para ello, a partir de la experiencia de campo con tres comunidades de Suape, destacaremos los conflictos e injusticias ambientales presentes en los territorios campesinos y presentaremos herramientas de lucha y resistencia desde el colectivo.

**Palabras-clave:** Territorio, Conflicto, Suape.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, biabarbosa42@gmail.com.



## INTRODUÇÃO

A origem do termo “brasileiro” vai referir-se inicialmente aos comerciantes de pau-brasil, ou seja, a denominação de um indivíduo como “brasileiro” carregaria o sentido de alguém que explora a matéria-prima daquele território, como um madeireiro, e a comercializa no exterior. Quando trazemos a questão ambiental para o primeiro plano da análise percebemos que o desmatamento da Amazônia no primeiro trimestre de 2021 bateu um recorde histórico crescendo 45% em relação ao mesmo período do ano anterior (IMAZON, 2021). E quando associamos o desmatamento recente com os crimes ambientais de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), compreendemos que o sentido da palavra “brasileiro” empregada tal qual o período colonial como alguém que explora para obter lucro não está tão distante de nossa realidade.

No Brasil, o maior investimento em empreendimentos extrativistas teve como contrapartida o crescimento dos conflitos socioambientais e o colapso dos sistemas naturais. Foram *tempos de ressaca* - esse é o termo utilizado pelo pesquisador argentino Horácio Aráoz para caracterizar o fim de uma fase de crescimento econômico decorrente da superexploração da natureza e o início de um período de ressaca, durante o qual emergem os impactos causados por uma busca cega pelo desenvolvimento. A fome do capital por mais matérias primas - em 2012, o Brasil exportou quase seiscentos milhões de toneladas de recursos naturais (GUDYNAS apud SAMANIEGO et al, 2019) - esbarra na finitude da natureza, e a busca incessante pelo progresso passa a pôr em risco a própria humanidade.

Neste trabalho, iremos nos deter no território de Suape, localizado no município do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, em Pernambuco, onde foi construído o Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS) através da violação e expulsão das comunidades de camponeses e pescadores que já residiam no território, discutiremos sobre os principais conflitos socioambientais e violências presentes nas comunidades e que fazem parte desse pacote desenvolvimentista que cria territórios alienados (SANTOS, 1999), ou seja, espaços nos quais a sociedade e as políticas fomentadas pelo Estado desenvolvem projetos que lhes são estranhos, que não visam beneficiar os sujeitos locais, mas agentes externos. Em contraponto a este cenário de saqueamento e exploração, serão apresentados os territórios de vida, percebidos a partir do diálogo com os moradores de Suape, que resistem às investidas do



capital em seus territórios e constroem horizontes de esperança a partir do fazer e viver de forma coletiva.

## **METODOLOGIA**

A metodologia deste trabalho consistiu em três momentos: 1) trabalho em campo junto com as comunidades; 2) levantamento de dados e pesquisa teórica; 3) sistematização e reflexão sobre as informações coletadas em campo e a pesquisa teórica. Os trabalhos em campo foram realizados no ano de 2020, junto com o Centro de Mulheres do Cabo (CMC), para a realização de um projeto de mapeamento comunitário de três comunidades de Suape: o Quilombo Mercês, a comunidade Serraria e a Vila Nova Tatuoca.

A partir da experiência em campo e do diálogo com os moradores, iniciamos um levantamento de dados e uma pesquisa teórica de maneira a aprofundar nossa visão sobre o território. Nesse sentido, este trabalho se constitui como uma primeira aproximação nas discussões sobre a instalação do Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS) no estado de Pernambuco e os seus impactos no território e na vida das comunidades.

## **RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES**

### **1. Economia política do saque e conflitos**

De acordo com o pesquisador argentino Horacio Aráoz, “nós nos desentendemos enquanto seres terrestres”<sup>2</sup>, o constante avanço das fronteiras do capital e o colapso dos sistemas naturais reforçam essa afirmação feita por Aráoz (2021). Nos comportamos enquanto visitantes em nosso próprio planeta, como uma sociedade extraterrestre que encontra-se apenas de passagem pela Terra, e que por conta disso, se vê no direito de explorar cada pedaço de natureza até o seu limite.

Na história recente da América Latina, esse colapso vai ter início com o projeto da colonização. O capitalismo encontrará nas colônias um terreno fértil para sua expansão, já que os territórios colonizados são vistos como depósitos de matéria prima e de corpos para o trabalho, que devem ser extraídos e comercializados no mercado europeu. Nesse sentido, a cartografia colonial se inscreveu no espaço como uma rede de drenagem (MORAES, 2005), em que as mercadorias são escoadas por terra, mas especialmente através dos caminhos traçados pelos rios, para os portos fluviais onde serão despachadas para outros países. Acosta

---

<sup>2</sup> Fala proferida em uma roda de diálogo organizada pela Editora Elefante, 22 de abril de 2021.



(2016), ao estudar a América Latina, fala sobre uma “maldição dos recursos naturais”, a abundância e diversidade em recursos naturais presentes nos países latinoamericanos estariam atreladas a uma política de exploração e exportação para os centros capitalistas, e conseqüentemente no aprofundamento da pobreza nos territórios que têm seus recursos escoados.

No século XX, essa “economia política do saque” (ARÁOZ, 2016) vai adentrar nos diferentes territórios do Brasil por meio de um discurso progressista de melhoria da qualidade de vida através da extração e exportação de mercadorias. Assim, a narrativa de uma economia primário-exportadora construída no período colonial será atualizada aos diferentes contextos históricos, permanecendo enquanto um *modus operandi* da política brasileira. A expansão das fronteiras do capital ao longo do território ocorreu através de diferentes formatos, mas tendo sempre como base a dominação e a exploração do trabalhador e da terra.

No estado de Pernambuco, esse pacote colonial-desenvolvimentista vai se apresentar por meio de um maior investimento em políticas públicas alinhadas ao processo de desenvolvimento regional, como com a criação de pólos industriais. O Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) - que teve a sua construção iniciada nos anos de 1980, e desde os anos 2000 permanece com seu movimento de expansão -, localizado no litoral Sul de Pernambuco, e os Polos Farmacoquímico e Automotivo de Goiana - instalados em 2015 -, na Zona da Mata Norte, se constituem como dois dos principais projetos desenvolvimentistas do estado. No caso de Suape, a construção do CIPS compreende os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, contando com cerca de 73 empresas, divididas por tais setores: Alimentos e Bebidas, Central de Serviços, Eólico, Geração de Energia, Granéis Líquidos e Gases, Logística, Materiais de Construção, Meio Ambiente, Metalmeccânico, Naval e Offshore, Petroquímico, Preforma PET e Plástico (SUAPE, 2020). A instalação do CIPS em uma área de mangue, local de residência de 27 comunidades camponesas, provocou um cenário de violência e impactos socioambientais presentes até os dias atuais.

## **2. Necroeconomia de fronteira e desenvolvimentismo no litoral de Pernambuco**

Recentemente, o governo do estado de Pernambuco abriu uma licitação para o início da construção do Arco Metropolitano, uma via industrial com cerca de 98 quilômetros, interligando as indústrias da Zona da Mata Norte - o pólo de desenvolvimento de Goiana - ao



litoral Sul - o Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS) -, com o intuito de facilitar o escoamento de produtos e matérias primas. Nesse primeiro momento, a obra teria início no município de Igarassu e seguiria até a BR - 408 em São Lourenço da Mata. Contudo, os projetos apresentados pelas empresas nesse processo licitatório, prevêm a construção do Arco passando por dentro da Área de Preservação Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe (Imagem 1); destruindo a Mata Atlântica e impactando diretamente nos cursos d'água da região, além das comunidades que seriam desapropriadas de seus territórios.

### Imagem 1 - Propostas para a primeira fase de construção do Arco Metropolitano em Pernambuco



Fonte: Reprodução/TV Globo, 2021.

A APA Aldeia-Beberibe possui 31 mil hectares, sendo 8 mil só de floresta; neste cenário, os projetos acarretaram em diversos embates, o Fórum Socioambiental de Aldeia lançou uma proposta em que a construção do Arco contornaria a APA Aldeia-Beberibe, reduzindo os impactos socioambientais. O movimento foi intitulado “Arco em Aldeia? Arrudeia”, e segue buscando o apoio da população para modificar o plano de execução inicial. Em Julho, a obra foi suspensa pelo TCE (Tribunal de Contas do Estado), baseado em um estudo realizado por um núcleo de engenharia que analisou os impactos socioambientais que a obra acarretaria, sendo necessária uma licença ambiental prévia para que o governo dê andamento ao projeto.



Segundo Santos (2018), o Brasil se constitui como uma referência conservadora para a América Latina. Fundado em uma economia escravocrata e no extermínio de populações negras e indígenas, o Brasil desde o princípio teve o seu território organizado de maneira a atender as demandas do grande capital. Gabriel Siqueira Corrêa (2017), vai evidenciar a influência deste sistema racista e opressor na organização e ocupação do território brasileiro, marginalizando populações não brancas e excluindo-as do acesso ao território por meio de políticas legitimadas pelo próprio Estado.

A tentativa de branqueamento da população envolveu diretamente um conjunto de políticas no ordenamento territorial (nas mais diversas escalas), que possuiu como impacto o controle sobre a reprodução da vida de grupos populacionais. Nesse sentido, expulsão, marginalização, quando não o genocídio, marcaram um processo de exclusão da população/ negra do acesso ao território. (CORRÊA, 2017, p. 118-119)

A forma de organização do território a partir da expulsão dos sujeitos, - no sentido literal de expulsar de sua moradia, mas também na expulsão dos seus corpos do direito à vida e a condição de humanidade -, é evidenciada no investimento do Estado em projetos desenvolvimentistas que tem como objetivo central a reprodução ampliada do capital, independente dos impactos acarretados, como foi o caso do Arco Metropolitano, em que as empresas apresentaram projetos desconsiderando os ecossistemas e populações locais, mesmo havendo a possibilidade da sua construção ter uma alternativa onde os impactos seriam diminuídos.

Nesse sentido, a expansão dessa sociedade moderno-colonial tem no desmembramento da natureza e dos corpos, transformando-os em mercadorias, a sua principal forma de atuação. Ao analisarmos o território de Suape, os moradores que não foram expulsos das suas comunidades, como foi o caso da Ilha de Tatuoca<sup>3</sup>, tiveram os seus territórios desmembrados para a construção de empresas e rodovias. Em um diálogo com lideranças da comunidade de Serraria, a violência da instalação do CIPS ficou exposta na atual organização da comunidade

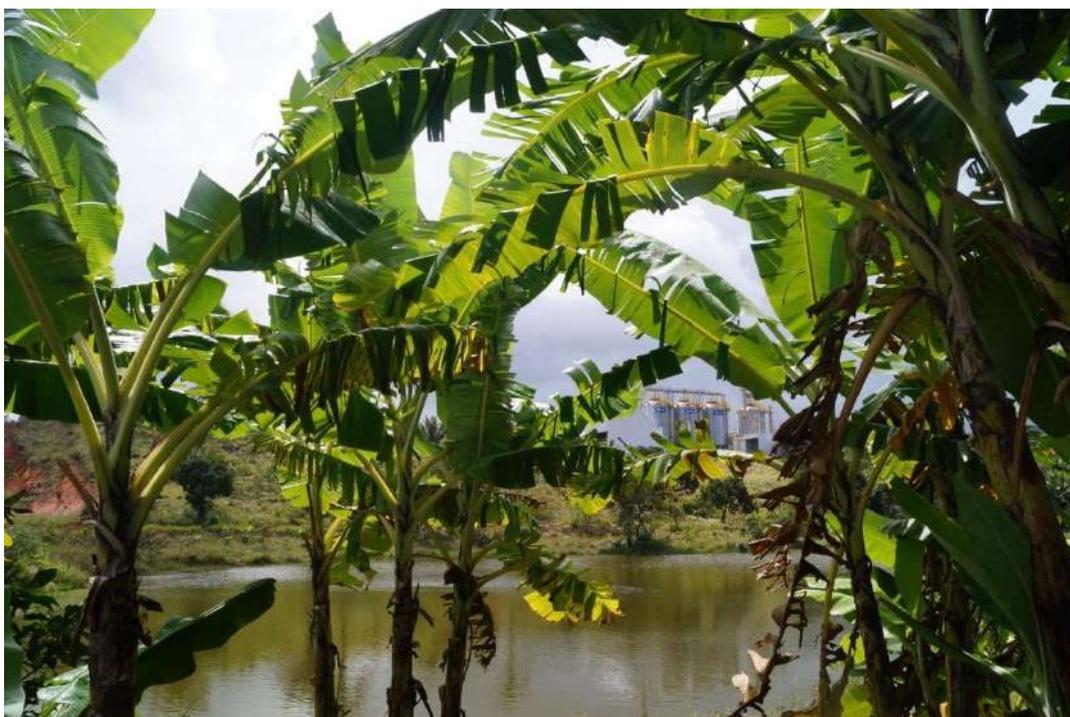
---

<sup>3</sup> Em 2014, 75 famílias da Ilha de Tatuoca foram desterritorializadas e realocadas para um conjunto habitacional construído pelo Estado de Pernambuco, o CIPS e a Caixa Econômica Federal, do projeto: “minha casa minha vida” localizado na praia de Suape. O território, que antes compreendia um complexo conjunto de ilhas, rodeado por rios e mangues, foi reduzido drasticamente para um local com 5 ha, tendo as casas cerca de 48m<sup>2</sup>.



(Imagem 2) que encontra-se dividida pela PE-60, além de estar cercada por fábricas como as da Coca-Cola, Pepsico e Elma Chips.

### **Imagem 2 - Comunidade de Serraria, Suape - PE**



Fonte: Beatriz Barbosa, 2020.

Além disso, as promessas de empregos em Suape acarretaram em um aumento descontrolado da população desses municípios, refletindo em uma urbanização não planejada pelo Estado, na sobrecarga dos serviços públicos e no aumento dos índices de violência - os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca superaram os índices nacionais de violência, tendo um crescimento de 60% do número de vítimas de crimes violentos letais intencionais de 2012 a 2017, além do aumento de casos de estupro (DHESCA, 2018). Outro fator encontra-se nas ameaças direcionadas aos moradores das comunidades localizadas dentro do CIPS, desconsiderando os seus modos de vida e utilizando-os como reserva de mão de obra barata para as indústrias. Esse cenário violento é uma realidade comum nas regiões onde são instaladas empresas para o grande capital, implementados megaprojetos, como os voltados para recursos hídricos, latifúndios e fazendas agropecuárias.



Segundo Acselrad et al., a desigualdade ambiental pode manifestar-se “tanto sob a forma de proteção ambiental como de acesso desigual aos recursos ambientais” (Acselrad; Mello; Bezerra, 2009, p.73), ainda de acordo com os autores,

O acesso desigual na esfera da produção manifesta-se no processo de contínua destruição de formas não-capitalistas de apropriação da natureza, tais como o extrativismo, a pesca artesanal, a pequena produção agrícola ou o uso de recursos comuns. Seus protagonistas são atingidos pelos impactos ambientais dos grandes projetos de desenvolvimento implantados em áreas de fronteira de expansão do capitalismo. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p.74)

A instalação do CIPS, desconsiderando todas as formas de vida existentes no território, além de se apresentar como o aprofundamento de políticas moderno-coloniais de reprodução do capitalismo, também evidenciam as desigualdades ambientais e o racismo ambiental presente na forma de atuação do Estado. O movimento por justiça ambiental também vai ressaltar o caráter classista e patriarcal presente na instalação desses projetos. Segundo Maristella Svampa (2019), a masculinização do território apresenta-se como um aspecto comum às políticas extrativistas. A autora afirma que há um agravamento da questão ao considerarmos a estreita ligação entre atividades extrativistas, prostituição e o aumento do tráfico de mulheres.

[...] onde irrompem as atividades extrativas, caracterizadas pela masculinização dos territórios e pela ganância extraordinária, se intensificam e exacerbam diferentes problemáticas sociais, já presentes na sociedade. Assim, uma das consequências é a acentuação dos estereótipos da divisão sexual do trabalho, que agrava as desigualdades de gênero, produz o rompimento do tecido comunitário e dá força a redes de violência já existentes. (SVAMPA, 2019, p. 108-109)

Essas redes de violência são intrínsecas ao processo de acumulação do capital, sendo ampliadas por meio do extrativismo. Neste contexto, o Estado aparece enquanto um intensificador desses conflitos, pois “as instituições estatais operam como instrumentos dos donos do dinheiro e não como representantes dos interesses dos cidadãos” (LANDER, 2016, p. 225). Em relação ao CIPS, de acordo com um levantamento feito em 2016 pela Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, o Cabo de Santo Agostinho ocupava o sexto lugar no



ranking de cidades pernambucanas com maior número de casos registrados de violência sexual contra jovens e adolescentes (DHESCA, 2018).

Contudo, apesar desse levantamento de dados e das denúncias feitas pelos próprios moradores da região, esse cenário de violência e exploração é desviado para uma discussão individual, distanciando a relação dos dados com a realidade e invisibilizando a responsabilidade do CIPS sobre esses impactos. Por conta disso, é necessário ressaltarmos que a dominação dos corpos e territórios não são consequências ou imprevistos no processo de acumulação do capital, através da instalação de empresas e indústrias, mas são partes integrantes da forma de reprodução do capital e de atuação do Estado no território. A desigualdade, a desapropriação, a morte, são mecanismos intrínsecos ao processo de acumulação e de instituição de uma sociedade moderno-colonial.

Nesse sentido, uma das principais ferramentas na instalação desses megaprojetos é através da desarticulação das comunidades e da individualização do debate, transformando pautas coletivas em problemas individuais, de maneira a adentrar mais facilmente nos territórios. Silvia Federici (2019) afirma que o capitalismo se expande atacando a comunidade, as relações comunais e às mulheres, assim, é através da fragmentação do tecido social, da coletividade, que haverá a expansão das fronteiras do capital e a implementação de políticas que promovem a desigualdade e o racismo ambiental.

### **3. Busca por territórios emancipatórios e horizontes coletivos**

No livro “O que é Justiça Ambiental?”, Acelrad et al., evidenciam que: “[...] a destituição de certos grupos sociais é um elemento-chave a favorecer a rentabilização de investimentos em processos poluentes e perigosos [...] é cada vez mais clara a fusão entre risco ambiental e insegurança social” (Acelrad; Mello; Bezerra, 2009, p. 147). Ainda segundo Acelrad et al. (2009), as áreas com uma reduzida capacidade de mobilidade espacial e menor organização política são as mais visadas para a implementação de atividades predatórias, ou seja, a “solidariedade interlocal” e a resistência organizada, se constituem como ferramentas essenciais para o enfrentamento da reprodução do capital nos territórios. Neste mesmo sentido, Rigotto e Leão (2018), afirmam:

Na perspectiva da justiça ambiental, a partir do instante em que as populações afetadas pelos projetos de desenvolvimento se constituem enquanto sujeitos coletivos e passam a expressar suas vozes – estas que



estiveram ausentes, historicamente – nos processos e espaços de decisão sobre os empreendimentos nos seus territórios, estas reduzem a sua vulnerabilidade (PORTO, 2011). Torna-se possível a denúncia da clara desigualdade social na exposição aos riscos ambientais, decorrente, por sua vez, da desigual distribuição do poder sobre os recursos políticos, materiais e simbólicos. Esse momento do enfrentamento da degradação do meio ambiente é, portanto, também o momento da obtenção de ganhos de democratização (ACSELRAD, 2002). (RIGOTTO e LEÃO, 2018, p. 389)

Nesta perspectiva, a individualização do debate se constitui como uma das ferramentas centrais utilizadas pelo capital para enfraquecer as comunidades e adentrar nos territórios. A partir desse olhar individual sobre os problemas, as soluções aparecem ou de maneira paliativa, através de políticas mitigadoras que funcionam apenas a curto prazo, ou oferecendo resoluções que perpassam pelo mercado, como a ideia de capitalismo verde, que apresenta uma sustentabilidade que só é alcançada através do consumo. Assim, a construção coletiva não é interessante nem rentável para o capital, pois o consumidor individual possibilita uma maior capitalização da população, renunciando a um horizonte coletivo e privilegiando as relações estruturadas a partir do mercado (GUDYNAS, 2019).

Atravessando campo e cidade, pretendeu-se aliviar a contradição entre integração social e superexploração do trabalho, substituindo a luta por direitos pela capitalização dos pobres [...] Avanços modestos corresponderam a um aprofundamento de problemas estruturais, evidenciados na deterioração das condições de trabalho e no retrocesso das questões urbana e agrária, sobre o pano de fundo da reprimarização da economia. (SANTOS, 2018, p. 125)

A importância do coletivo será evidenciada por Zibechi (2015), ao pesquisar sobre os espaços de emancipação política na América Latina, segundo o autor esses territórios de resistência coexistem com o modo de produção hegemônica e são construídos como espaços de enfrentamento contra uma formação territorial excludente, surgindo a partir do coletivo, da comunidade.

No projeto de mapeamento participativo junto com o Centro de Mulheres do Cabo (CMC) e com lideranças que representaram três comunidades de Suape - o Quilombo Mercês, a comunidade de Serraria e a Vila Tatuoca -, uma das dinâmicas realizadas na oficina foi a construção por parte dos moradores de um mapa dos sonhos, onde eles pudessem retratar as suas demandas e desejos futuros. Os sonhos desenhados nos mapas foram desde a construção



de uma escola e um posto de saúde até a criação de um centro cultural e de uma casa de farinha. Sonhar é coletivo. Ailton Krenak fala que ao sonharmos e dividirmos esse sonho com uma outra pessoa ao acordar, estamos realizando uma veiculação de afetos; assim, o movimento de veicular afetos só pode ser realizado de maneira compartilhada e coletiva.

Recentemente, foi lançada uma campanha denominada “Rios Livres, Mangues Vivos”, promovida pelo Quilombo Mercês, além do apoio de diversos grupos e entidades, como: o Fórum Suape, Caranguejo Uçá, CPP (Comissão Pastoral dos Pescadores), Friocruz PE, Grupo Percussivo Nação da Ilha de Deus, pescadoras e pescadores de Maracaípe, da Praia de Suape e da Ilha de Deus (FIOCRUZ, 2021). O movimento foi realizado através de uma barqueata na Ilha de Mercês, em Ipojuca, e teve como intuito a reivindicação do desbloqueio do rio Tatuoca - em 2008, o rio Tatuoca foi barrado para a construção de um dique de enrocamento pelo CIPS, a interrupção do rio que duraria apenas 2 anos, encontra-se presente até os dias atuais, prejudicando a vida das comunidades que necessitam do rio para sobreviver, além dos impactos no mangue e nos ecossistemas locais -. Logo após esse movimento organizado por diversas comunidades e apoiadores, o CIPS anunciou o início do processo de reabertura do rio Tatuoca, uma vitória importante após 13 anos de barramento.

**Imagem 3 - Barqueata realizada para o lançamento da campanha “Rios Livres, Mangues vivos”**



Fonte: Wetlands International, 2021



XIV ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

**GEOGRAFIA**

**VIVEMPEGE**  
TOPIC DIGITAL

A barqueata realizada pelos moradores de Suape, apenas evidencia a importância da organização coletiva no enfrentamento deste sistema moderno-colonial e na busca por horizontes de poder comunitário. Hooks (2019) afirma que “quando nos movimentamos, confrontamos as realidades da escolha e da localização” (HOOKS, 2019, p. 281). Assim, não será através do consumidor individual que se achará uma solução para os problemas estruturais dessa sociedade moderno-colonial, mas sim a partir do coletivo, das organizações construídas desde as comunidades que permeiam a sociedade e que constroem territórios de vida e de esperança.



## REFERÊNCIAS

ACSLERAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACOSTA, Alberto. **Extrativismo e neoextrativismo Duas faces da mesma maldição**. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge P. *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

ARÁOZ, Horácio Machado. **O debate sobre o “extrativismo” em tempos de ressaca: a natureza Americana e a ordem colonial**. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge P. *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

CORRÊA, Gabriel Siqueira. **O branqueamento do território como dispositivo colonialidade do poder: notas sobre o contexto brasileiro**. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denilson Araújo de. *Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 1 ed., 2017.

FEDERICI, Sílvia. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. São Paulo: Boitempo, 2019.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. **Anseios: Raça, gênero e políticas culturais**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

LANDER, Edgardo. **Com o tempo contado Crise civilizatória, limites do planeta, ataques à democracia e povos em resistência**. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge P. *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

PÉREZ, Mercedes Solá. **R-EXISTÊNCIAS SOCIAIS PELA VIDA: camponesas e camponeses do que hoje é Suape (Brasil) e das zonas de reserva camponesas (Colômbia)**. Editora CRV, 1ª ed., 2016.

PLATAFORMA DHESCA. **Complexos Industriais e Violações de Direitos: o Caso de SUAPE**. Relatório da Missão de Investigação e Incidência, 2018.

RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Livia Alves Dias. **Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Edições UFC, 2018.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

**GEOGRAFIA**



SANTOS, Fábio Luis Barbosa dos. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

SANTOS, Milton. **A revolução tecnológica, a experiência da escassez e os limites da globalização atual**. (Conferência de recebimento do título de Doutor Honoris Causa, UnB, 1999). Disponível em <[http://www.unb.br/unb/titulos/milton\\_santos.php](http://www.unb.br/unb/titulos/milton_santos.php)> . Acesso: set, 2020.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoeextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

ZIBECHI, Raul. **Territórios em resistência – cartografia política das periferias latino-americanas**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015.